



Na reunião do Conselho Político Sarney comunicou sua decisão de mandar a mensagem dia 28, convocando a Constituinte

Sarney envia mensagem dia 28

O presidente José Sarney vai enviar dia 28 ao Congresso Nacional a mensagem que propõe a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita a 15 de novembro de 86, com o objetivo de elaborar e promulgar uma nova Constituição brasileira. Esta será a quarta Constituinte registrada na História do Brasil, — que já teve oito Constituições — todas convocadas por iniciativa do Poder Executivo.

O presidente José Sarney, segundo afirmou ontem o líder do governo no Congresso Nacional, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), não terá papel de destaque na coordenação dos trabalhos da Constituinte. "O Congresso, disse o senador, é que será Constituinte. Sarney delegará esse papel de coordenador da Constituinte ao próprio Congresso".

Comissões

Logo após o envio da mensagem do Executivo ao Congresso, o presidente Sarney ultimar os trabalhos de criação final de uma comissão de alto nível — a Comissão Constitucional — que será presidida pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco. Arinos, por outro lado, já declarou que serão criadas várias subcomissões em regiões como o Nordeste, o Sul e o Sudeste, que trabalharão sob a coordenação do jurista.

Também no Congresso Nacional — na Câmara — será criada uma comissão constitucional. Ontem, o presidente José Sarney convidou o senador Fernando Henrique para ser o relator da Comissão Constitucional. O senador, por causa de seus compromissos com a política de São Paulo — onde vai disputar as eleições para prefeito em novembro pelo PMDB —

Antes, os sindicalistas

O presidente José Sarney transferiu para data ainda a ser definida a reunião anunciada para sexta-feira, 21, com banqueiros e ministros da área econômica. Segunda-feira, 24, o presidente da República vai se reunir com líderes sindicais, dando continuidade aos trabalhos de articulação e de composição do pacto nacional.

E será também para cuidar desse encontro de Sarney com os líderes sindicais, que o ministro do Trabalho, Almir

Pazzianotto, será recebido em audiência, às 15 horas de hoje, pelo presidente da República. Ontem, o secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Fernando César, informou que o pacto nacional fará parte da conversa que Sarney terá hoje com Pazzianotto.

Já na próxima semana, Sarney fará uma visita aos dirigentes da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, para discussão do pacto nacional.

recusou o convite, que já lhe havia sido feito, anteriormente, pelo presidente Tancredo Neves.

Ruptura

Quanto ao argumento segundo o qual o presidente José Sarney não poderia convocar uma Constituinte, porque não houve ruptura da ordem jurídica no País, o ministro José Hugo, do Gabinete Civil, garante o contrário. Diz o ministro que a transição de um regime político autoritário, para um regime democrático, por si só, já representa uma ruptura da ordem jurídica-institucional.

Desta forma, o governo vai se empenhar, segundo afirmou o próprio presidente Sarney em sua primeira entrevista coletiva desde que assumiu o cargo, para que a Constituinte a ser eleita em 86 seja a mais representativa possível, uma vez que todas as vezes em que foi convocada uma Constituinte na História do Brasil, registrou-se um índice

muito baixo de participação popular.

O que é

A Constituição representa o conjunto de leis mais importantes de um País. A Constituinte, por esta razão, pretende uma maior participação possível de todos os segmentos da sociedade, para que opinem, participem, elaborem a nova Constituição. Assim, em 86, os 479 lugares existentes na Câmara Federal serão inteiramente renovados pelos novos deputados constituintes.

No Senado, serão eleitos 46 senadores constituintes, porque das 69 vagas, 23 senadores, eleitos em 82, cujos mandatos vão até 1990, ainda não sabem se terão ou não poderes constituintes. Esta será uma questão que o governo ainda vai decidir. Em caso positivo, seria feito um plebiscito, para saber se os eleitores aceitam ou não delegarem poderes constituintes a esses senadores.

Constituintes

A primeira Constituinte brasileira foi convocada em 1824 e posteriormente dissolvida pelo próprio imperador, Dom Pedro I. A segunda Constituinte ocorreu já na República, em 1891. Depois, somente com a revolução de 1930, é que o País teve uma nova Constituinte, que promulgou a Constituição de 1934.

Mas três anos depois o País ganharia outra Constituição, a do Estado Novo, em 1937, de inspiração fascista. Com a queda da ditadura Vargas, em 45, o País ganha uma Constituição liberal, promulgada em 46. Nela, ficou assegurado o direito de greve.

Constituições

Posteriormente, em 1967, o regime militar elaborou uma Constituição nova, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, então sem maiores poderes, senão o de referendar as decisões do Executivo. Dois anos depois, em 69, o País ganha aquela que ficou conhecida como a "Constituição do terror", porque foi outorgada pela Junta Militar e que continha o AI-5, com poderes para suspender a própria Constituição.

Em 1979, o Brasil ganha a chamada Constituição da abertura, onde é revogado o AI-5, mas determina que o presidente da República "pode determinar medidas de emergência e decretar o estado de sítio e o estado de emergência. Agora, em 86, o País terá a quarta eleição de uma Constituinte, para a criação da Constituição da transição democrática, que poderá ficar na História do País, como a Constituição da Nova República.